

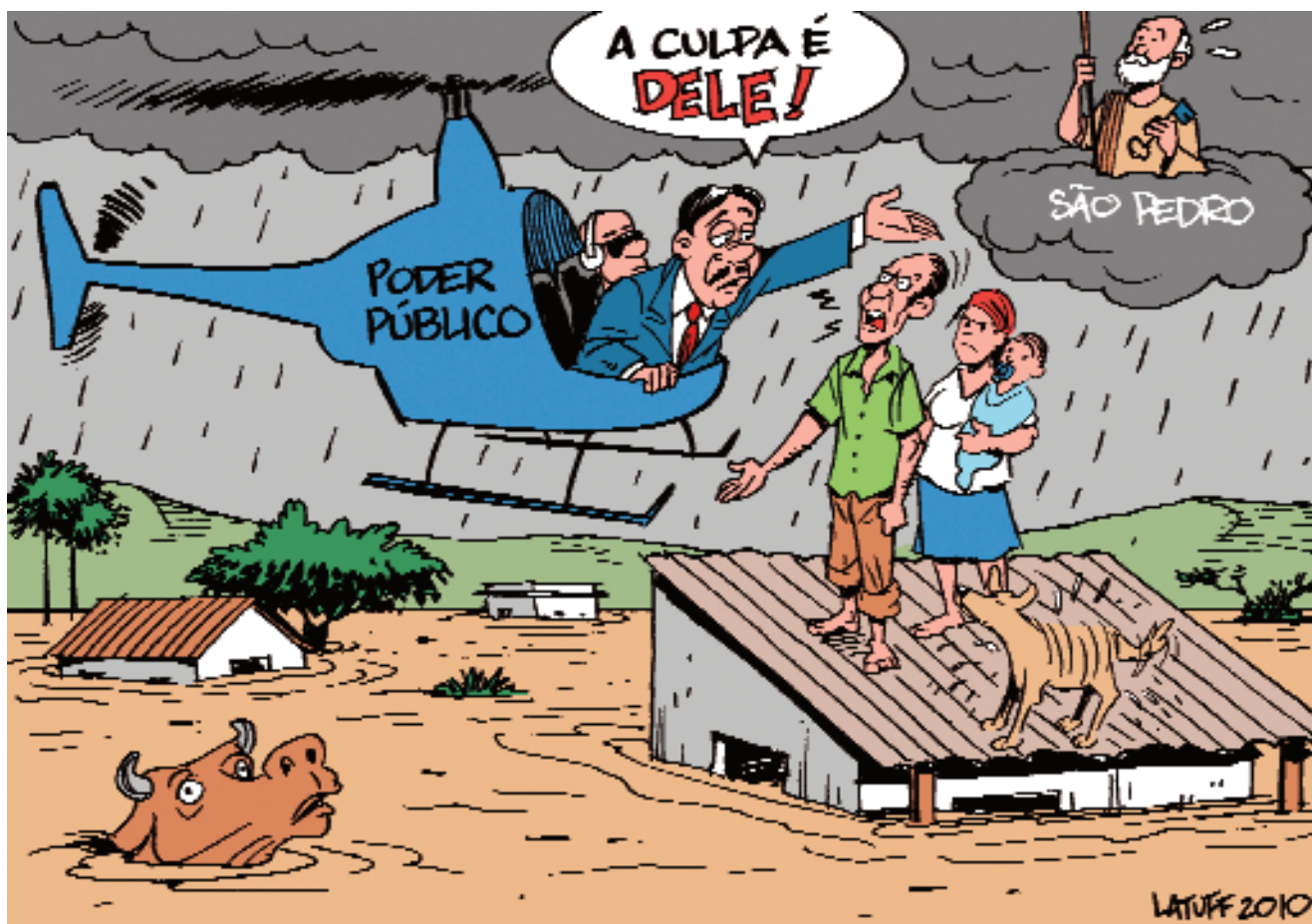
Federação Inter estadual de Sindicatos de Engenheiros

JORNAL DA fisenge

CUT UAI
global
union

Ano V nº 40
junho - 2010

Entrevista
Maria Lúcia Fattorelli
Coordenadora do Movimento pela
Auditoria Cidadã da Dívida Pública
Página 8



Inundações e desabamentos. De quem é a culpa?

Diversos Estados do País vêm sofrendo com as fortes chuvas. A tragédia mais recente aconteceu no Nordeste, embora Rio de Janeiro e Santa Catarina já tenham passado por episódios semelhantes. Milhares são os desabrigados, centenas os mortos e incalculáveis os prejuízos. Estes fatos refletem a falta de planejamento urbano e o inconsequente sucateamento do setor nas décadas de 1980 e 1990. Com o objetivo de esmiuçar os números e propor políticas de Estado para setores de infraestrutura que envolvem a engenharia, o Senge-PR, em parceria com a Fisenge, o Dieese e o Crea-PR, promoveu o I Seminário Nacional sobre Investimentos Públicos.

Página 4 e 5

Avança luta pela transposição dos servidores estaduais para o quadro federal

A luta pela transposição dos servidores públicos do quadro estadual para o federal, em Rondônia, deu mais um passo. Em junho, o presidente Lula sancionou a Lei 12.279, que

garante a mudança. De acordo com o presidente do Senge-RO, a transposição traz importantes ganhos para o Estado e para o funcionalismo.

Página 3

EDITORIAL

O país contra a corrupção

Em período eleitoral, o Movimento Anticorrupção da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia é corajoso e necessário. Lançado pelo Confea, já com a adesão de outras instituições, nasce nas asas da esperança, sempre renovada, de garantias da lisura e da ética no trato da coisa pública.

Impossível tratar deste fato apenas como mais uma proposta de determinados setores profissionais. Deve atuar sim como a campanha de Valorização Profissional, discutido nas bases, nos locais de trabalho, mas deve ser ampliada para outros fóruns, incluindo especialmente os gestores públicos.

Tem sido muito comum para a sociedade brasileira sufocar a sua indignação frente às denúncias de superfaturamento e corrupção em obras públicas. Indignação que não é menor nos casos de empresários responsáveis por acordos inescrupulosos na execução de obras, faraônicas ou não, onde todos ganham, menos a população. Raríssimos os que são punidos.

No calendário, Copa 2014, Olimpíadas 2016 e Programa de Aceleração do Crescimento-PAC vêm se somar a outras referências de eventos e projetos que estarão, no centro do palco, reunindo um grande volume de recursos. Não é de hoje que o país questiona, condena e exige o fim dos acordos eleitorais envolvendo a inaceitável troca de favores que muitas vezes comprometem o orçamento de toda uma gestão.

Neste universo, engenheiros, arquitetos e agrônomos têm um papel da maior importância, como condutores e executores de projetos. Devem estar à frente deste movimento garantindo que cresça e ganhe força política.

A vitória da Campanha Ficha Limpa é fruto do grande empenho de formadores de opinião, da luta decisiva dos segmentos que aderiram às propostas apresentadas. Enquanto o país não conquista a Reforma Política são esses movimentos que dirão aos corruptos e corruptores que a nação está atenta e que se organiza para dar um basta a esta vergonhosa sangria dos cofres públicos. Advogados, juristas, jornalistas, profissionais da saúde, todos, sem exceção, devem seguir esse exemplo para construirmos os alicerces que sustentarão, até a vitória, um movimento nacional contra a corrupção e a impunidade.

A diretoria

Mobilização de entidades é fundamental na luta pelo cumprimento do SMP

É importante que o maior número de entidades interessadas entre, diretamente, com ação no Supremo Tribunal Federal (STF)

Desde que os governos de alguns Estados começaram a questionar o cumprimento do Salário Mínimo Profissional (SMP) na Justiça, a Fisenge se empenhou em responder a todas as ações. A última delas foi um *Amicus Curiae*, recurso impetrado em fevereiro, com o objetivo de reforçar as questões jurídicas do SMP e apresentar um contraponto que force o cumprimento da Lei 4.950-A.

Já foram apresentados dois pareceres favoráveis: um do Ministério Público Federal (MPF) e outro da Advocacia-Geral da União (AGU), sobre a Arguição de Inconstitucionalidade feita pela ex-senadora e atual governadora do Maranhão, Roseana Sarney, na qual ela considera o artigo 5º da Lei inconstitucional. Na ação, a governadora pretende que o Supremo determine que a regra não foi contemplada pela Constituição, uma vez que a lei do Salário Mínimo Profissional foi editada antes da Constituição Federal de 1988.

De acordo com o vice-presidente da Fisenge, Vicente Trindade, é fundamental a mobilização de outras entidades. “Já encaminhamos nossos argumentos e toda a documentação à ministra relatora da ação, Ellen Gracie. Agora, para efeito de maior validade desta ação, é importante que o maior número de entidades interessadas entre, diretamente, com o mesmo tipo de ação no Supremo Tribunal Federal (STF). Assim, podemos sensibilizar a ministra”, afirmou. Esta é a terceira ação impetrada pela Fisenge.

Cadastro unificado de obras públicas permitirá maior controle social

Foi aprovado, na Comissão de Ciência e Tecnologia, o Projeto de Lei (PLS) 439/09 – que dispõe sobre o cadastro único das obras públicas, atualmente inexistente no País. Aprovado em junho deste ano e agora em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o projeto institui o controle unificado de todas as obras de engenharia e serviços que utilizam recursos da União.

O objetivo é que o Ministério do Planejamento regulamente e implemente esse cadastro informatizado, que, entre outros dados, terá um número que identificará a obra do início ao término. Além de facilitar o trabalho dos órgãos de fiscalização e controle – como os tribunais de contas e a Controladoria-Geral da União –, o projeto também permitirá o controle social por meio de consulta pública, via internet, a qualquer interessado.



Governo de Santa Catarina continua intransigente em negociação salarial

Continuam travadas as negociações com o governo do Estado de Santa Catarina, que não quer ceder em nenhum ponto da pauta de reivindicações da campanha salarial do Seagro-SC. A principal justificativa é a legislação em ano eleitoral, mas a categoria sabe que não haveria impedimento legal neste caso. De acordo com o presidente do Seagro-SC, Jorge Dotti, o governo está mais preocupado com as articulações políticas para as eleições de outubro. “Nossa defasagem salarial já passa dos 20% só no atual governo Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan. O que falta é vontade política”, explicou Dotti.

A campanha salarial abrange cerca de 600 engenheiros agrônomos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri) e da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola (Cidasc). As principais reivindicações são: reajuste imediato pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 5,49%; reposição das perdas acumuladas em mais de 15%; novo Plano de Cargos e Salário

(PCS) com carreira específica para a categoria e tabela salarial compatível; ganho real de 10%; vale-alimentação de R\$ 20; participação patronal de 4% no plano de saúde e renovação das cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2009-2010.

Diante destas exigências, o governo do Estado insiste em ceder apenas o INPC e a renovação parcial das cláusulas sociais, além de propor resolver problemas que não constam da pauta. “A defasagem salarial é muito alta. Engenheiros agrônomos com a mesma qualificação recebem mais que o dobro na Empresa de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)”, afirmou Dotti. As negociações são intermediadas pelas Secretarias de Agricultura e da Fazenda.

Segundo Dotti, se não houver avanços, está prevista uma mobilização de todo o Estado em Florianópolis para o início de agosto. “Mas, se tivermos algum avanço, será avaliado e levado para discussão em 22 assembleias regionais”, acrescentou.

Transposição dos servidores já é realidade em Rondônia

Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 60, a luta pela transposição dos servidores públicos do quadro estadual para o federal, em Rondônia, atinge uma nova etapa. Isso porque o presidente Lula sancionou em junho a lei nº 12.249, que garante a mudança. “Para que aconteça o enquadramento, tão esperado, o funcionalismo rondoniense ainda vai ter que trabalhar muito”, afirmou o presidente do Senge-RO, José Ezequiel Ramos. Neste processo de mobilização, foi formada uma comissão, que conta com a participação do sindicato, representada pelo engenheiro agrônomo José de Jesus Gonçalves Bezerra. Um dos objetivos da comissão, no processo de enquadramento, é a recepção de documentos dos servidores de Rondônia.

Mesmo sancionada com vetos, a transposição é unânime em Rondônia. “A lei traz ganhos positivos para o Estado e para o funcionalismo, uma vez que a maioria dos pontos acordados com o Ministério do Planejamento foi mantida”, declarou Ezequiel. Tais pontos – como a defini-

ção de beneficiários, por exemplo – foram discutidos com a bancada e os sindicalistas rondonienses.

A transferência do servidor do Estado para os quadros da União representará uma economia significativa na folha de pagamento de Rondônia. “A proposta é a utilização dos recursos que sobrarão em investimentos nas áreas sociais, como educação, saúde e segurança pública”, avaliou Ezequiel. Alguns parlamentares defendem, ainda, que a economia com a folha de pagamento, que ocorrerá com o efetivo enquadramento de servidores que optarem pelo quadro da União, seja gerenciada por meio de um Fundo Especial de Desenvolvimento Regional.

No entanto, nem todos os servidores ficaram contentes, sobretudo os aposentados, atingidos pelo veto com a alegação de que não são mais servidores do Estado. Por este motivo, não teriam direito à transferência. Eles e os servidores que ficaram de fora da emenda já se organizam para lutar na Justiça para derrubar o veto.

Sindicatos filiados



senge
MINAS GERAIS



CAPA

Chuvas devastam o País e inves

“A tragédia é real. Emergencialmente, há que se reconstruir as cidades”, afirmou o

Enchentes, desabamentos, aumento das áreas de risco, mortes e milhares de desabrigados. Esta cena se repete nos Estados do Nordeste e vem, paulatinamente, ocorrendo em outros Estados brasileiros, como por exemplo, o Rio de Janeiro (com as recentes chuvas, em abril deste ano e Santa Catarina, em 2008). Mais uma vez, a falta de planejamento urbano castiga a população em Alagoas e Pernambuco, que, juntos, somam dezenas de mortos e milhares de desabrigados.

Muitos estão acostumados com a imagem da seca do Nordeste e uma chuva deste porte assusta muita gente, embora tragédias como estas venham se repetindo pelo País. “Continuamos iludidos com a ‘indústria da seca’ nordestina, sempre afirmando que por aqui não chove. Temos defendido o princípio da ‘convivência com o semiárido’. Isso significa entender e respeitar que essa região tem um período chuvoso e outro seco”, afirmou Roberto Malvezzi, filósofo e membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Equipe São Francisco, reforçando que é imprescindível a criação de uma cultura que se adapte à variação do clima, agora agravada pelas mudanças climáticas globais.

Segundo Malvezzi, outro problema é que os rios são muito barrados e muitas das barragens são mal feitas. “Quando elas se rompem, provocam mais enchentes à jusante. Também se trata de uma região desmatada, com muita gente morando perto das margens desses rios. Como eles são intermitentes, os moradores não têm grande preocupação com as enchentes. A tragédia é real”, pontuou.

Além da agressão ambiental, dos problemas climáticos e da falta de planejamento urbano, é importante destacar a falta de preocupação e de fiscalização das autoridades e a consequente ausência de investimento em engenharia pública. “Temos avançado muito com a captação da água de chuva, os represamentos dos rios intermitentes, o manejo da caatiga, a educação contextualizada etc. Mas ainda não é a política assumida pelo Estado.

Emergencialmente, há que se reconstruir as cidades, situar os atingidos em lugares mais seguros, atender a fome, a sede e a saúde das populações atingidas”, informou Malvezzi.

Com o objetivo de contribuir para a reconstrução das moradias, entidades de classe da engenharia e arquitetura se reuniram para disponibilizar assistência técnica. “Temos a finalidade de recrutar profissionais e apresentar ao Governo uma lista para que nos agrupemos em alguma frente, a fim de garantir a aplicação da Lei 11.888, de assistência técnica gratuita”, explicou o engenheiro civil e presidente do Crea-PE, José Mário de Araújo.

O também engenheiro civil e presidente do Crea-SE, Jorge Ribeiro Silveira, contou que 13 cidades em Sergipe estão em estado de calamidade pública. “As pessoas não têm para onde ir, há muitas obras mal feitas, além da proliferação de doenças. Estamos fazendo uma análise crítica das pontes com o objetivo de consolidar um trabalho preventivo”, declarou. Com o desmantelamento da máquina pública no setor técnico, muitas prefeituras não dispõem de profissionais qualificados em infraestrutura. “Precisamos focar na avaliação e na qualidade das habitações. Algumas medidas são emergenciais: alojamento; vacinação; limpeza; avaliação de danos para recuperação e replanejamento concentrado”, explicou José Mário.

Investimentos públicos

Durante a década de 1990, os serviços de infraestrutura do País foram desmantelados e sucateados, fato que causou problemas de gestão na execução de obras e na implementação de políticas públicas. A partir de 2003, os investimentos na área de infraestrutura foram retomados, principalmente por meio de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Segundo estudo divulgado pelo Departamento Intersindical de Estudos Econômicos (Dieese), o montante de investimentos públicos no Brasil, no período

entre 2000 e 2009, teve 67,34% de crescimento. Diante desta conjuntura, o Senge-PR, a Fisenge e o Dieese promoveram – com o apoio do Ipea e do Crea-PR – o I Seminário Nacional sobre Investimentos Públicos. “Este é um momento propício para discutirmos esta questão, bem como a formação profissional dos engenheiros para os próximos projetos e investimentos no País. Em breve, teremos Copa e Olimpíadas no País, além de outros investimentos futuros, o que fortalece o papel da engenharia nesse contexto”, ratificou o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt. O presidente do Senge-PR, Valter Fanini, fez uma reconstrução histórica e lembrou o período crítico iniciado na década de 1980, com o déficit de capital produtivo. “As cidades brasileiras praticamente duplicaram, quase sem investimentos e sem presença do Estado. Foram desmontadas todas as áreas de planejamento e logística e os fundos de investimentos, desmobilizados. Estamos retomando no Brasil o processo de investimentos e recriando os setores de planejamento pelo viés econômico”, apontou Fanini.

Uma pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea), em maio deste ano, revelou que o nível de investimentos públicos na economia do País, em proporção ao Produto Interno Bruto (PIB), é o maior desde 1995. A década de 1990 foi, especialmente, marcada pela crescente política de neoliberalismo na economia. Representando o presidente do Ipea no Seminário, a economista Denise Gentil falou sobre a conjuntura macroeconômica e afirmou que, nas últimas décadas, a intervenção do Estado não era bem-vinda. “Antes, o mercado era o responsável pelo crescimento econômico, segundo a teoria do Estado Mínimo. Hoje, passamos por um processo de mudança estrutural, no qual três variantes são decisivas: taxas de juros baixas a longo prazo; absorção de inovações tecnológicas e investimentos públicos”, destacou.

Denise ainda reforçou a importância do

Investimento público é fundamental

por Roberto Malvezzi, membro da Comissão da Pastoral da Terra (CPT)



Fotos: Antônio Cruz/Agência Brasil

Moradores do município de Murici, Alagoas, desviam dos destroços, após as chuvas que castigaram a cidade

papel da indústria como mola do crescimento econômico. “O País precisa ultrapassar a fase de primarização enfatizada nos anos 1990. Para fortalecer o processo de crescimento, é importante que a exportação se dirija a produtos de valor agregado. Historicamente, os países que cresceram investiram em máquinas, indústrias de bens de capital e no progresso técnico”, explicou. Já nos momentos de crise financeira, os países deixam de investir em bens de capital e buscam títulos públicos, de acordo com o jornalista, economista e técnico do Ipea, Sérgio Wull Gobetti. “A intervenção do Estado, por meio de investimento público, atenua os efeitos da crise. Isso porque este tipo de política estabiliza e propicia melhor infraestrutura produtiva para o País. Raramente políticas ortodoxas admitem um papel especial aos investimentos públicos”, disse Gobetti, recordando que, em

2007, com o advento do PAC, a política fiscal começou a priorizar investimentos.

Um ponto acordado pelos dois pesquisadores foi a importância da transferência de renda para a economia do País, como, por exemplo, a ampliação do sistema de proteção social; a recuperação do salário mínimo; e o crescimento da massa assalariada do País. Todas estas políticas contribuem para a redução da desigualdade e o fortalecimento das negociações com os trabalhadores.

O papel da engenharia

No período da tarde do seminário, foi destacada a importância do papel da engenharia nesse processo de desenvolvimento econômico. “Dois exemplos de projetos deficientes em engenharia são as hidrelétricas Belo Monte, Jirau e Santo An-

tônio, porque não há previsão de eclusas. O Brasil tem as melhores matrizes de energia do mundo, quase 50% de energia renovável, e erramos em exportá-la em forma de alumínio”, alertou o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) e doutor em economia, Carlos Lessa, que também citou a valorização da soberania nacional e a importância de o País defender o pré-sal. “Ao invés de apenas fazer a habitação, vamos construir e dar assistência técnica. A engenharia tem a obrigação profissional, intelectual e pessoal de colocar em debate estes temas que são a chave para o futuro brasileiro”, concluiu Lessa.

Também estiveram presentes o diretor do Departamento de Empresas Estatais (Dest), Sérgio Francisco da Silva e o secretário de acompanhamento econômico do Ministério da Fazenda, Antônio Henrique Pinheiro Silveira.

REFORMA URBANA

Fisenge mantém vaga no Conselho das Cidades



Foto: Rodrigo Nunes/MCidades

Movimentos sociais e populares apontaram políticas rumo à reforma urbana

Durante a 4ª Conferência Nacional das Cidades, realizada entre os dias 19 e 23 de junho em Brasília, a Fisenge garantiu sua vaga como titular no Conselho das Cidades. A conferência tem o objetivo de debater o combate às desigualdades sociais por meio da transformação dos espaços e do acesso à moradia, ao saneamento e ao transporte, promovendo uma verdadeira reflexão rumo à reforma urbana. Ao todo, a Fisenge marcou presença com nove delegados: Clovis Nascimento; Vicente Trindade; Renato Andrade; Ubiratan Félix; Ronaldo Lavor; Ulisses Kaniak; Fernando de Carvalho Turino; e Rodrigo Afonso Vicente, além de Claudia Júlio, delegada nata pela representação no Conselho das Cidades e de mais delegados dos Senges filiados à Federação.

O motivo da conferência coincide com a missão do Ministério das Cidades (MinC), criado pelo presidente Lula, em 1º de janeiro de 2003, contempla uma antiga reivindicação dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana. “Na minha percepção, é um espaço plural de discussão política, com representação real de todos os setores da sociedade. Porém, por não ter caráter legislativo, muitas deliberações importantes não se transformam em políticas públicas”, avaliou o diretor executivo da Fi-

senge e diretor-secretário do Senge-PR, Ulisses Kaniak, em sua primeira participação na conferência. Já Clovis Nascimento, secretário-geral da Fisenge e diretor do Senge-RJ, afirmou que a Conferência representa um importante espaço de articulação política na luta pela reforma urbana. “Nossa participação é fundamental ao lado dos movimentos sociais, e a luta pela reforma urbana é ponto constante na agenda política da Fisenge”, pontuou.

Conselho das Cidades

Ao lado dos movimentos sociais, o papel da Fisenge é estratégico na luta pela reforma urbana, não só por sua participação no Conselho das Cidades como na luta cotidiana pela democratização das cidades. Desde 2003, a Federação participa do conselho e, atualmente, é representada pela engenheira Claudia Julio. “Temos cumprido um papel fundamental, apoiando as demandas dos movimentos populares por meio de resoluções expedidas pelo próprio conselho e que, posteriormente, se transformaram em decreto, portaria ou lei”, explicou Claudia. Alguns exemplos são: a Lei de Saneamento, o decreto que a regulamenta, a legislação mais recente sobre regularização fundiária e utilização de prédios públicos desocupados para fins de moradia de interesse social, dentre outros.

É cada vez maior a necessidade de democratizar os espaços urbanos, diante de cidades que cumprem uma lógica de segregar os mais pobres dos centros urbanos. “Romper com esses velhos conceitos de construção das cidades é um desafio grande e, nesta construção, a Fisenge é parceira dos movimentos sociais na luta por moradia digna”, concluiu Claudia.

Histórico: regulamentação da Lei

Em um momento histórico, após quase quatro anos, finalmente, a Lei 11.445/07 foi regulamentada. O presidente Lula assinou o decreto durante a conferência, em Brasília. “A lei estabelece as diretrizes para um Plano Nacional de Saneamento Básico e representa um marco institucional no setor”, explicou Clovis, que participou da elaboração da primeira minuta do projeto.

Atualmente, quase 40% da população mundial não têm acesso a saneamento básico e o Brasil avança para a universalização do serviço. Além de criar canais para controle social, o decreto amplia o conceito de saneamento básico e abrange: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e resíduos sólidos. “Mesmo com a organização do Ministério das Cidades e o aval do Poder Executivo, com a presença física do presidente da República, enquanto não houver disposição no Congresso Nacional para avançar, em parceria com a conferência, nossas cidades permanecerão carentes de melhorias e reformas estruturais”, avaliou Ulisses.

Clovis ainda ratifica que a regulamentação mostra quais as bases fundamentais do Governo em relação a saneamento. “Esta é uma vitória histórica do setor”, declarou.

“Romper com esses velhos conceitos de construção das cidades é um desafio grande”, avalia Claudia Julio, atual representante da Fisenge no Conselho das Cidades

MOBILIZAÇÃO

Eletrobrás cede e avança em negociação de ACT

Após meses de mobilização e pressão dos trabalhadores, finalmente, a Eletrobrás cedeu e avançou no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Participaram das negociações: a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Senges e Fisenge, entre outras entidades. Esta foi uma das mais duras negociações de ACT dos últimos anos, já que a holding e o Governo não indicavam avanços na proposta.

Diante deste quadro, trabalhadores de todo o País se mobilizaram, realizaram paralisações e greves, demonstrando forte espírito de unidade. A proposta da empresa contempla a reposição da inflação (IPCA = 5,26%, retroativo a maio/2010) e aumento salarial composto pela verba de mérito (1% retroativo a janeiro/2010), totalizando 6,31%. O auxílio-alimentação foi reajustado de acordo com o valor reivindicado pelo CNE – R\$ 25, ou 18,48% de aumento, totalizando

R\$ 625. O Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE) considerou boa a proposta apresentada pela Eletrobrás, superior, inclusive, a de 2009.

De acordo com Fernando Freitas, um dos representantes da Fisenge e presidente do Senge-PE, cerca de 90% das empresas aprovaram a contraproposta da Eletrobrás. “A Chesf de Pernambuco aprovou tanto a pauta nacional quanto a específica, por unanimidade, nas assembleias realizadas na empresa”, declarou. Segundo o diretor de relações sindicais da Fisenge e diretor do Senge-VR, Fernando Jogaib, as negociações das pautas específicas devem acontecer o mais breve possível. “O resultado foi muito positivo, não só financeiramente como também nos avanços de unificação de benefícios entre todas as empresas – geradoras e distribuidoras – e, principalmente, na manutenção da con-

quista do ganho real”, explicou. Outra questão considerada importante foi o abono dos dias de greve ocorridos no âmbito das negociações coletivas do ACT nacional.

O diretor executivo da Fisenge e também diretor do Senge-RJ, Agamenon Oliveira, informou que o próximo passo é a negociação do Plano de Carreira e Remuneração (PCR), que foi retirado desta negociação.

Salário Mínimo Profissional

Um assunto pautado pela Fisenge durante as negociações com a Eletrobrás foi o cumprimento do Salário Mínimo Profissional (SMP) na categoria. Durante o encontro foi acordada uma agenda de negociação paralela com as áreas do jurídico e de recursos humanos da empresa a fim de discutir o cumprimento da lei 4.650-A.

Movimento Anticorrupção agora na engenharia

Fiscalização e controle social para garantir transparência em obras e processos de licitação

A movimentação contra a corrupção, após a aprovação do projeto Ficha Limpa, agora se estende às categorias profissionais. Isso porque foi lançado, o Movimento Anticorrupção da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, que tem o objetivo de adotar medidas que aperfeiçoem os processos de contratação e fiscalização de obras, além de projetos e serviços nestas áreas.

De acordo com relatórios da Transparência Internacional, organização não governamental reconhecida pelo combate à corrupção, a construção é um dos setores incluídos como um dos que há maiores riscos de corrupção. Além disso, infelizmente, são corriqueiras as denúncias de recebimento de propinas e extorsões nas grandes obras, seja nas licitações ou nos projetos.

Capitaneado pelo Confea, outras entidades já aderiram ao movimento, como a Fisenge. De acordo com o vice-presidente da Federação e responsável pelos Projetos de Valorização Profissional no Confea, Vicente Trindade, o movimento vem na mesma linha do projeto Ficha Limpa. “A maioria dos desvios de dinheiro vêm de obras

de infraestrutura, o que compromete a economia e a democracia do País”, enfatizou Vicente.

Segundo o Relatório Global de Corrupção 2009, cartéis de fixação de preços, por exemplo, causaram perdas diretas aos consumidores, com superfaturamentos superiores a US\$ 300 bilhões no mundo, no período de 1990 a 2005. Diante deste quadro e com a finalidade de diminuir os índices de corrupção, os contratantes e prestadores de serviços na área tecnológica, públicos e privados, devem buscar parcerias na sociedade civil e no Estado, por meio de organizações não governamentais, do Ministério Público, da Controladoria-Geral da União e dos Estados e Tribunais de Contas.

Estas parcerias podem facilitar não somente a fiscalização das licitações e a lisura do processo como também promover o controle social destas informações e movimentações. Outro ponto manifestado pelo movimento é a relação comercial, partindo da premissa de que governos e empresas devem adotar cláusulas antissuborno que impeçam a saída irregular de divisas.

ENTREVISTA MARIA LÚCIA FATTORELLI

“O endividamento representa o principal problema nacional”

Já passa de R\$2 trilhões a dívida interna brasileira, de acordo com informações do Banco Central, enquanto a dívida externa gira em torno de US\$280 bilhões. Com o objetivo de fiscalizar, compreender e denunciar o processo de endividamento do País, foi criado o Movimento pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública, do qual a Fisenge participa, com a indicação do diretor Valter Fanini como representante suplente. Para explicar números, políticas econômicas e avanços sociais, o *Jornal da Fisenge* entrevistou a coordenadora do movimento, Maria Lúcia Fattorelli, auditora fiscal da Receita Federal desde 1982 e também membro da Comissão para a Auditoria Integral de Crédito Público do Equador, criada pelo presidente Rafael Correa em 2007.

Como está a situação da dívida externa brasileira e quanto foi pago nos últimos anos?

No Brasil – e em vários outros países da América Latina – a dívida externa foi em grande parte transformada em dívida interna e continua sendo a principal responsável pelas desigualdades e injustiças sociais do continente. No Brasil, de 2000 a 2009, foram pagos R\$ 1.914 trilhão em juros e amortizações das dívidas interna e externa (sem contar o “refinanciamento”, ou seja, o pagamento de amortizações por meio da emissão de novos títulos), o que representou mais de 30% de todos os gastos federais no período. Isso ocorre devido à política econômica atual, que está estruturada para privilegiar o pagamento da dívida financeira, em detrimento do atendimento às necessidades sociais. Atualmente, a dívida interna brasileira, que está em grande parte nas mãos de estrangeiros, já ultrapassa a marca de R\$2 trilhões em maio/2010, conforme informações do Banco Central do Brasil (BCB), e a externa alcançou US\$282 bilhões ao final de 2009, sendo que ambas consumiram, em 2009, R\$ 380 bilhões de recursos para o pagamento, principalmente, de juros, o que corresponde a 35,57% do orçamento da União.

O Equador decretou a moratória temporária da dívida. É possível tal desdobramento no Brasil?

Após a certificação da validade jurídica, o Equador fez uma proposta aos detentores dos títulos da dívida externa (Bônus Global 2012 e 2030) de reconhecer

no máximo 25 a 30% do valor de face dos mesmos, procedendo à sua recompra e extinguindo cerca de 70% da dívida externa daquele país com os bancos privados internacionais. A atitude equatoriana foi uma lição de soberania ao mundo todo e demonstrou que, quando há vontade política, podem ser tomadas atitudes de enfrentamento do mercado financeiro, especialmente no momento atual, em que as instituições financeiras internacionais se encontram com sua credibilidade bastante comprometida, diante das fraudes que provocaram a atual crise financeira.

Como surgiu o movimento pela auditoria cidadã da dívida?

A Constituição Federal de 1988 prevê a realização da auditoria da dívida externa, conforme artigo 26 do ADCT. Em face do descumprimento reiterado do referido dispositivo, aliado ao agravamento da situação social no País, a sociedade civil realizou, no ano 2000, o Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa, em que mais de 6 milhões de pessoas votaram pelo não pagamento da dívida sem a realização da auditoria prevista na Constituição. Respaldados no resultado deste importante clamor popular, foi instituído o movimento social denominado Auditoria Cidadã da Dívida, que reúne entidades da sociedade civil e voluntários para desenvolver estudos técnicos, investigações e publicações, participar de fóruns nacionais e internacionais, tendo integrado a comissão de auditoria oficial do Equador e a recente CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados.



Foto: Arquivo pessoal

De que maneira a auditoria pode respaldar políticas públicas?

A auditoria da dívida é um instrumento fundamental para que o Estado possa enfrentar o problema do endividamento, na medida em que possibilita a documentação das ilegalidades e ilegitimidades, permitindo a revisão de contas e aumentando significativamente a destinação de recursos para as áreas sociais e investimentos geradores de emprego. A auditoria também servirá para demonstrar como a política econômica atual está estruturada para privilegiar o pagamento da dívida financeira, em detrimento do atendimento às necessidades sociais. Baseada na produção de superávit primário (com aumento de tributos e cortes de gastos sociais), no regime de metas de inflação (que equivocadamente elegeu as taxas de juros como único instrumento de controle da inflação) e no livre fluxo de capitais (que permite movimentos especulativos), a atual política econômica colocou o Brasil a serviço dos interesses do “mercado”, pois tem alimentado a manutenção de elevadas taxas de juros e o acelerado crescimento da dívida pública, aumentando o fosso social vigente em nosso país. A sociedade que tem recebido serviços públicos insuficientes e políticas sociais mitigadas (como o Bolsa-Família), tem o direito de saber que está pagando mais de R\$ 1 bilhão por dia de uma dívida financeira nunca auditada. A Auditoria Cidadã procura denunciar esse fato e mobilizar a sociedade, pautando o tema em debates, publicações, site e demais oportunidades. Mais informações no site: www.divida-auditoriacidada.org.br